

Boletim



Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 9 – 2 de fevereiro de 2004



Vejam neste número

As novas Reformas do FMI e do Banco Mundial

A agenda de reformas neoliberais não pára. Vejam o que prevê a nova Carta de Intenções do governo Lula ao Fundo, e o que já está definido para as reformas Trabalhista, Sindical, Universitária, e para a ALCA. (pág 5)

A Auditoria Cidadã no Fórum Social Mundial

Vejam como foram as atividades da Auditoria Cidadã da Dívida no Fórum Social Mundial (pág 9)

Campanha Jubileu Sul Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação
Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Responsável técnico pelo Boletim
Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 218-5276
auditoriacidada@unafisco.org.br
www.divida-auditoriacidada.org.br

Números da dívida: O primeiro ano do governo Lula

Vejam quanto o país pagou de juros em 2003, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado a todas as áreas sociais (pág 2)

A Carga tributária em 2003 O Confisco continua

Para pagar os juros da dívida pública, o governo arrocha ainda mais os consumidores e trabalhadores em 2004. (pág 8)

Diz o governo: “Não é possível baixar os juros, senão a inflação explode”

O governo dá sinais de que as taxas de juros continuarão altas em 2004. Até quando viveremos sob o reino do pensamento único? (pág 12)

Números da dívida – O primeiro ano do governo Lula

O governo divulgou no final de janeiro os dados das contas públicas referentes a 2003. Dentre as principais variáveis, destacamos:

1 - Pagamento de Juros da Dívida Interna e Externa

Em 2003, os juros acumulados pelas esferas federal, estadual e municipal foram de R\$ 145,2 bilhões.¹ Esse valor representou bem mais do que o dobro de toda a economia feita pelas 3 esferas de governo no período para o pagamento da dívida (R\$ 66 bilhões, o chamado “Superávit Primário”). Apesar do enorme sacrifício imposto à Nação para se produzir o superávit primário, houve ainda um déficit de R\$ 79 bilhões nas contas públicas, visto que os juros não puderam ser pagos em sua totalidade.

Contas Públicas, 2003, em R\$ milhões

Esfera de Governo	Juros (a)	Superávit Primário (b)	Déficit Público (a-b)
Setor público	145.210	66.173	79.037
Governo central	100.901	38.744	62.157
Governos estaduais	34.851	11.916	22.936
Governos municipais	5.973	1.906	4.067
Empresas estatais	3.484	13.608	-10.124

Fonte: Banco Central

Vemos que o superávit primário das empresas estatais contribuiu significativamente para este resultado. Elas geraram R\$ 13,6 bilhões de superávit primário, apresentando saldo positivo de R\$ 10,1 bilhões mesmo após o pagamento dos juros. Apenas a Petrobrás lucrou R\$ 14,7 bilhões nos primeiros 9 meses de 2003 (180% mais que em igual período de 2002), dinheiro esse distribuído entre o governo e os sócios privados - que já somam 60% do capital da empresa. O custo de produção de um barril de petróleo é bastante inferior ao preço de mercado, mas o governo prefere manter os preços altos – de acordo com o mercado internacional – para fazer superávit, beneficiando, de quebra, os investidores privados.

Quando analisamos os gastos com a dívida como porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto, que significa tudo que o país produziu no ano), vemos que 9,49% de tudo o que se produziu no país foi destinado ao pagamento de juros. Apesar da economia feita pelo governo (o chamado “Superávit Primário”), de 4,32% do PIB (superior aos 4,25% prometidos ao FMI - Fundo Monetário Internacional), houve ainda um déficit de 5,16% do PIB nas contas públicas.

Contas Públicas, 2003, em % do PIB

Esfera de Governo	Juros (a)	Superávit Primário (b)	Déficit Público (a-b)
Setor público	9,49	4,32	5,16
Governo central	6,59	2,53	4,06
Governos estaduais	2,28	0,78	1,50
Governos municipais	0,39	0,12	0,27
Empresas estatais	0,23	0,89	-0,66

Fonte: Banco Central

¹ É importante ressaltar que este valor foi obtido a partir do critério de “competência”, isto é, significa quanto a dívida aumentou por causa dos juros, e não o que foi, efetivamente, dispendido pelo governo (critério de “pagamento”). Para diferenciarmos o critério de “competência” do de “pagamento”, façamos o seguinte exemplo: uma pessoa deve 100 reais a um banco, pagando 10% ao mês de juros, em parcelas bimestrais. Ao final do primeiro mês, sua dívida aumentou de R\$ 100 para R\$ 110. Ao final do segundo mês, sua dívida aumentou para R\$ 121, e ele pagou ao banco os R\$ 21 de juros acumulados. Portanto, no primeiro mês, o devedor pagou de juros R\$ 10 pelo critério de competência, e R\$ 0 pelo critério de efetivo pagamento. No segundo mês, o devedor pagou R\$ 11 de juros pelo critério de competência, e R\$ 21 pelo critério de “pagamento”.

Se compararmos o gasto de juros da esfera federal em 2003 (R\$ 100,9 bilhões) com a arrecadação total de tributos federais no mesmo período (R\$ 273 bilhões), veremos que 34% de tudo que arrecadamos está sendo destinado à dívida.

Apesar de toda a “economia” de R\$ 66 bilhões em 2003 para o pagamento de juros, a dívida pública ainda aumentou durante o ano passado. A Dívida Líquida do Setor Público, que representa as dívidas externa e interna menos os créditos que o governo tem a receber, aumentou de 55,5% do PIB em dezembro de 2002 para 58,2% em dezembro de 2003.

A Dívida Mobiliária Federal Interna também aumentou durante o ano, passando de R\$ 687,3 bilhões em dezembro de 2002 para R\$ 787,14 bilhões em dezembro de 2003. A participação dos títulos cambiais nessa dívida (isto é, a parcela indexada ao dólar) é de 20,82%, o que mostra a nossa vulnerabilidade a oscilações no câmbio.

Já a Dívida Externa também aumentou durante o ano, principalmente por conta dos empréstimos do FMI e do lançamento de novos títulos da dívida externa, regulados pelas Cláusulas de Ação Coletiva - CAC's, que remetem para o foro de Nova Iorque qualquer solução de controvérsia sobre a dívida. Ela atingiu em outubro - segundo a última informação do governo - a cifra de US\$ 238,4 bilhões, portanto, superior aos US\$ 227,7 bi de dezembro do ano passado. Desta dívida, US\$ 124,8 bilhões correspondem à dívida pública (ou seja, devida pelo governo a credores externos) e US\$ 113,6 bilhões à parcela privada (devida por bancos e empresas privadas a credores estrangeiros).

Dívida Externa, 1999 a 2003, em US\$ milhões

Dívida Externa	1999	2000	2001	2002				2003		
	Dez	Dez	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Ago	Out
Dívida Pública	100 682	92 358	93 182	95 723	104 632	106 974	110 420	114 347	117 843	124 827
Dívida Privada (1)	140 786	143 798	132 886	131 238	131 184	122 255	117 269	119 345	114 725	113 566
Dívida Externa Total	241 468	236 156	226 067	226 962	235 815	229 228	227 689	233 692	232 567	238 393

Fonte: Banco Central

(1) Inclui dívida do setor público financeiro

Observa-se que o processo de estatização de dívida externa privada prossegue, a partir dos empréstimos do FMI (que somaram 17,6 bi em 2003), utilizados para recompor as reservas cambiais do país, deterioradas pelo pagamento da dívida externa privada. A partir de dezembro de 2001, a dívida externa privada se reduziu de US\$ 132,8 bilhões para US\$ 113,6 bilhões (em outubro de 2003), enquanto o endividamento público com o exterior subiu de US\$ 93 bilhões para US\$ 124,8 bi.

Este fato serve para vermos que a dívida externa privada implica em ônus para a sociedade como um todo. Para que as empresas privadas pudessem quitar suas dívidas, o país foi obrigado a aumentar suas taxas de juros (para atrair capital externo) e recorrer ao FMI, o que gerou cortes de gastos sociais, recessão, desemprego, e a obrigação de realizarmos as Reformas nos moldes exigidos pelo Fundo (ver artigo na pág 5).

2 – Contas Externas

As nossas contas externas continuam apresentando resultados preocupantes, apesar dos superávits comerciais tão comemorados pela mídia e pelo governo. Em 2003, o país enviou para o exterior US\$ 13 bilhões de juros da dívida externa, US\$ 5,6 bilhões de lucros das multinacionais e US\$ 5,1 bilhões de serviços contratados no exterior. Todas essas remessas somaram US\$ 23,7 bilhões, ou seja, quase a totalidade do comemorado saldo recorde na balança comercial, de US\$ 24,8 bilhões. Ou seja, todo o nosso esforço exportador, alcançado através de recessão (que diminui nossas necessidades de importar insumos) e arrocho salarial (que diminui a demanda interna e drena os nossos produtos para o mercado externo), apenas é suficiente para pagarmos nossas despesas correntes com o exterior.

Porém, a conta de capitais (que inclui a tomada de empréstimos, amortizações e a entrada de investimentos no país) mostra nossa vulnerabilidade. Foram US\$ 27 bilhões de amortizações da dívida externa em 2003, e serão US\$ 39,7 bi em 2004, o que nos levou a fechar mais um acordo com o Fundo.

Portanto, a persistir essa política, continuamos dependentes da entrada de capitais voláteis e de empréstimos do FMI.

3 - Destinação dos Gastos Federais

Em 2003, o Governo Federal destinou nada menos que R\$ 132,5 bilhões ao pagamento das dívidas externa e interna², enquanto apenas destinou R\$ 70,8 bilhões a todas as áreas sociais listadas na tabela abaixo.

Governo Federal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2003			
Itens Selecionados	Programado (R\$ mil)	Realizado (R\$ mil)	% Realizado
Segurança Pública	2.826.061	2.405.122	85,11
Assistência Social	9.240.408	8.416.353	91,08
Saúde	28.025.667	27.171.847	96,95
Educação	14.940.246	14.224.272	95,21
Cultura	353.383	231.343	65,47
Urbanismo	915.500	342.852	37,45
Habitação	370.449	122.255	33,00
Saneamento	225.233	58.683	26,05
Gestão Ambiental	2.409.727	947.750	39,33
Ciência e Tecnologia	2.133.580	1.993.197	93,42
Agricultura	9.367.547	6.505.713	69,45
Organização Agrária	1.609.738	1.429.517	88,80
Energia	4.435.304	3.905.492	88,05
Transporte	5.743.839	3.048.097	53,07
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	82.596.682	70.802.493	85,72
SERVIÇO DA DÍVIDA	167.331.866	132.491.140	79,18
Serviço da Dívida Interna	136.327.172	107.579.138	78,91
Serviço da Dívida Externa	31.004.694	24.912.002	80,35

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos - www.stn.fazenda.gov.br. Obs: O serviço da dívida externa refere-se à dívida externa pública.

Nem mesmo os baixos montantes programados para os gastos sociais em 2003 foram aplicados em sua totalidade. Setores importantes como Urbanismo, Habitação, Saneamento e Gestão Ambiental receberam menos de 40% do programado. Outros setores importantes de atuação governamental, como os de Cultura e Transporte, receberam menos de 70% da dotação anual.

² Esse valor difere dos R\$ 100,901 bilhões apontados no item 1 pois agora é utilizado o critério de "pagamento". Ver nota anterior.

As novas Reformas do FMI e do Banco Mundial

A agenda de reformas neoliberais não pára. Vejam o que prevê a nova Carta de Intenções do governo Lula ao Fundo, e o que já está definido para as reformas Trabalhista, Sindical, Universitária, e para a ALCA

Após implementar no ano passado, em tempo recorde, as reformas previdenciária e tributária (nos moldes impostos pelo FMI), o governo Lula parte para uma nova agenda de reformas neoliberais. Algumas delas se iniciaram em 2003, e já se encontram em adiantado processo de tramitação no Parlamento. Outras serão iniciadas agora, como a sindical, trabalhista e a universitária. Em sua nova Carta de Intenções ao FMI, de 21 de novembro de 2003 – que balizou o novo acordo com o Fundo - o governo Lula comemora a aprovação das reformas ano passado, e ainda acrescenta à agenda novas reformas, planejadas para 2004.

A Lei de Falências

Em 2003, a nova Lei de Falências foi votada na Câmara, prevendo o fim da prioridade dos créditos tributários, que concorrerão em igualdade de condições com os créditos com garantia real - geralmente devidos aos bancos, que são os que pedem garantia para empréstimos. A Lei também prevê o fim da preferência absoluta dos créditos trabalhistas, que passam a não mais preceder os financiamentos para exportações, geralmente devidos também aos bancos. Agora a Lei se encontra no Senado e, conforme a nova Carta de Intenções, o governo se compromete a aprová-la até junho deste ano.

A Independência do Banco Central

Esta reforma já foi prometida ao FMI em diversas cartas de intenções do governo Lula, e em documentos e afirmações dos membros da equipe econômica. Ela consiste em criar mandatos fixos para o presidente do BC e seus diretores, blindando assim a autoridade monetária da vontade do governo eleito e que pode ser cobrado por quem o elegeu.

Em 2 de abril de 2003, o governo aprovou no Congresso a Emenda Constitucional 53, de autoria de José Serra (adversário de Lula nas eleições presidenciais), que acaba com a limitação dos juros reais a 12% ao ano, permite a

regulamentação do sistema financeiro de forma fatiada, por meio de várias leis, e permite a aprovação da independência do BC apenas com maioria simples no Congresso (257 deputados), e não mais 3/5 (308 votos). A última carta de intenções do governo Lula ao FMI diz: *“o governo continua empenhado em que seja aprovada uma lei para aumentar a prestação de contas e dar autonomia operacional para o BCB, assim que haja espaço na agenda do Congresso.”*

Isenção de CPMF para investidores estrangeiros

Na última carta de intenções ao Fundo, o governo Lula afirma: *“Ademais, o governo irá reduzir o impacto da CPMF nas realocações de carteira de investimentos, ampliando a gama de movimentações livres de taxaço.”* Não por coincidência, a Medida Provisória 135, aprovada no final do ano passado, concedeu essa benesse aos investidores estrangeiros.

A Parceria Público-Privada

Na nova Carta de Intenções, o governo Lula diz: *“O governo trabalhará no Plano de Água e Saneamento e na criação de regras claras a fim de criar um ambiente institucional em que as relações contratuais entre os agentes possam se desenvolver de maneira segura e que torne possível a recuperação dos valores investidos no longo prazo.”* Estas são as bases da Parceria Público-Privada, que contará com investimentos públicos e proporcionará aos investidores privados retorno garantido.

O Empréstimo com Desconto em Folha

Na última Carta, também se lê: *“para melhorar o funcionamento do mercado de crédito ao consumidor, os trabalhadores poderão permitir que os bancos descontem uma parcela de seus salários a receber, a título de pagamento de seus empréstimos; até março de 2004, esse mecanismo deverá ser estendido*

para incluir os aposentados do sistema público de previdência.” Financiamentos com juros de 1,75% a 3,3% ao mês parecem bondosos, mas podem chegar a quase 50% ao ano. Como o pagamento do empréstimo é feito por desconto no contra-cheque, o trabalhador terá de sacrificar até mesmo seus gastos mais essenciais (como alimentação) para o pagamento desses juros escorchantes. Ora, a função do governo é prover salários dignos, e não endividar ainda mais os trabalhadores junto ao sistema financeiro. Porém, os salários não páram de cair. A queda da média salarial foi de 13% em novembro, em comparação ao mesmo mês do ano passado.

Desvinculação de Receitas

Não satisfeito apenas com a DRU – Desvinculação das Receitas da União – o governo quer agora a ampliação deste mecanismo, que desvia dinheiro das áreas sociais para a realização do Superávit Primário. Na Carta de Intenções, se lê: *“Como consequência de anos de inflação e frágil disciplina fiscal, menos de 15 por cento das despesas primárias são alocadas de forma discricionária [livre] pelo governo, criando uma rigidez orçamentária que muitas vezes inibe de maneira significativa uma alocação mais justa e eficiente dos recursos públicos. O resultado dessa rigidez é que uma parcela pequena do orçamento tem que suportar a maior parte de qualquer ajuste fiscal, implicando muitas vezes em cortes nos gastos mais produtivos e com maior capacidade de estimular o crescimento.”* Em suma: o governo diz, claramente, que quer estender o ajuste fiscal para os recursos constitucionalmente destinados a áreas como saúde e educação.

Reforma Universitária

Em julho de 2003, o Banco Mundial divulgou o relatório *“Políticas para um Brasil justo, sustentável e competitivo”*, no qual fazia uma série de exigências para empréstimos de US\$ 8 bilhões ao Brasil nos próximos 4 anos. O documento, entregue ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – presidido na época por Tarso Genro, atual Ministro da Educação - afirmava que *“Os gastos com o ensino superior beneficiam apenas poucos privilegiados”*. Na ocasião, o atual ministro afirmou que *“o novo “contrato social” em*

debate no governo Lula tende a incorporar parte da visão do Banco Mundial”.

O Estudo “Gastos Sociais do Governo Central: 2001 – 2002”, divulgado no final do ano passado pelo Ministério da Fazenda, vai na mesma linha: *“A canalização de grande parte do orçamento da educação para o financiamento das instituições federais de ensino superior reduz o montante de recursos disponível para os demais estágios da educação. Considerando a questão da equidade, essa política produz distorções relevantes, constituindo-se no componente do gasto em educação de maior regressividade. Cerca de 46% dos recursos do Governo Central para o ensino superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população. Ao mesmo tempo, a expansão dos empréstimos a estudantes de baixa renda, com taxas subsidiadas permitiria ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, com custos mais reduzidos para o setor público, através do FIES”*.

Grupo de Trabalho do MEC já lista algumas prioridades para a Reforma, em projeto que deverá ficar pronto em julho deste ano: cobrança de contribuição compulsória de ex-alunos de universidades públicas com renda mensal superior a R\$ 2.500, aumento do número de bolsas e o financiamento para alunos de faculdades particulares. Ou seja: ao invés de se investir na escola pública, destina-se o dinheiro público para favorecer escolas privadas. Ao mesmo tempo, cobra-se mensalidades dos alunos das escolas públicas.

Desde 1995, o gasto público com educação se reduziu abruptamente, de 1,45% para 1,03% do PIB, devido às restrições impostas pela dívida pública. O que contradiz o discurso governista, de que o problema é a má distribuição dos gastos com educação. As faculdades públicas se encontram em situação financeira deplorável, por vezes sem dinheiro para pagar suas contas de luz.

Ora, o problema da educação no Brasil é conhecido por todos: a baixa qualidade do ensino público fundamental e médio, fazendo com que os alunos provenientes do ensino médio particular ocupem, proporcionalmente, mais vagas no ensino superior, pois têm maior facilidade de passar no vestibular. Esta é a prova de que o ensino público fundamental e médio é de má qualidade, e que a solução óbvia seria o

aumento dos gastos públicos nas escolas públicas de 1º e 2º graus.

Mas o governo prefere achar que a solução é reduzir os gastos com as faculdades públicas, “pois elas beneficiam os mais ricos”.

A Reforma Sindical e Trabalhista

Durante o governo FHC, o FMI já impunha a “flexibilização” das relações de trabalho. Em 1998, quando da assinatura do primeiro acordo de FHC com o FMI, a primeira Carta de Intenções dizia: ***“Face ao recente aumento do desemprego – que resulta tanto de fatores estruturais como cíclicos – a necessidade de reformar a legislação trabalhista e aperfeiçoar as políticas de mercado de trabalho tornou-se mais urgente”***.

Dia 30 de janeiro de 2004, o Fórum Nacional do Trabalho, composto por representantes do governo, trabalhadores e empresários, definiu alguns pontos da reforma sindical. Dentre elas, o fim da data-base e do dissídio coletivo. Desta forma, a data das negociações seria escolhida, de comum acordo, pelo trabalhadores e empregadores, e em caso de discordância nas negociações, o Tribunal Superior do Trabalho perderia o poder normativo na resolução dos conflitos e passaria a exercer o papel de árbitro, somente em questões extremas. Poderá haver também arbitragem privada para a resolução destes conflitos. Os dispositivos caminham na direção de tirar a força da legislação trabalhista e fortalecer a “livre-negociação” que, em uma conjuntura de desemprego recorde, apenas favorece os patrões. A reforma já será encaminhada pelo governo ao Congresso em março.

A ALCA

A ALCA é outra imposição do FMI, conforme afirmou o ex-Secretário do Tesouro dos EUA, Paul O’Neil, na ocasião do

fechamento de mais um acordo de FHC com o Fundo, em 2002. O Brasil continua defendendo a sua proposta de *ALCA Light*: “conseguirá mais quem ceder mais”, na definição do ministro da agricultura Roberto Rodrigues. Ou seja: para nossos produtos agrícolas e nosso aço terem acesso ao mercado americano – o que, diga-se de passagem, apenas beneficiaria os setores que mais desempregaram nos últimos anos, como os latifúndios e os monopólios siderúrgicos – teríamos de baixar nossas tarifas de importação de produtos industriais, de muito maior valor agregado. O governo Lula afirma abertamente que nosso objetivo na Alca é conseguir mercado para nossas *commodities*, conforme recente parecer da Senadora Ideli Salvatti (PT/SC) ao projeto de Saturnino Braga, acerca do plebiscito oficial sobre a ALCA: ***“o item que mais interessa ao Brasil (...) consiste na abertura do mercado norte-americano para seus produtos competitivos, particularmente os produtos agrícolas e do agribusiness, como o suco de laranja (...)”*** (pág 5).

Mais do que nunca, romper com o FMI

Em décadas de relacionamento com o Fundo Monetário Internacional, nunca foi tão imprescindível rompermos com essa instituição multilateral, que ataca nossa soberania ao não parar de impor políticas danosas ao povo brasileiro. Exigimos que o governo cumpra o prometido em seu programa de governo “Lula 2002”, na página 46, item 51:

“Será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país”

A Carga tributária em 2003: o Confisco continua

Para pagar os juros da dívida pública, o governo arrocha ainda mais os consumidores e trabalhadores em 2004

Desde 1995, o Brasil sofre um aumento contínuo da carga tributária, que subiu de 29 para 36% do PIB em 2002. Não por coincidência, os gastos com juros da dívida também subiram 7 pontos percentuais do PIB nestes 8 anos, o que mostra que todo este esforço fiscal se destinou ao pagamento da dívida pública.

Este processo continuou em 2003, devido à manutenção da política de ajuste. Foi mantido o modelo de arrecadação fácil, sobre os consumidores. Em 2003, 60% da receita federal permaneceu sendo obtida através de tributos sobre o consumo de produtos e serviços – situação diversa dos países desenvolvidos. De 1995 a 2003, os tributos sobre o consumo aumentaram, em termos reais, R\$ 35,34 bilhões. Porém, a arrecadação sobre os lucros das empresas (IRPJ e CSLL) subiu apenas R\$ 13,84 bilhões no período (ver tabela). Evidencia-se, aí, a opção do governo FHC – e, agora, a de Lula - de perpetuar o ajuste fiscal se utilizando de uma tributação injusta, sobre o consumo, que penaliza inclusive os mais pobres, que pagam impostos até mesmo sobre os produtos da cesta básica.

Tributos sobem, salários caem

Em 2003, foi observado um aumento nominal de 12,49% na arrecadação federal. Quando são desconsideradas as receitas atípicas, bastante expressivas em 2002 – como o pagamento, pelos fundos de pensão, de parcelas atrasadas de IR devido a decisão judicial - verificamos que o crescimento da

arrecadação em 2003 foi, na verdade, bem maior, de 18,24%.

Quando analisamos a arrecadação não-atípica a preços de dezembro de 2003 (utilizando-se como deflator o IPCA - IBGE), verifica-se que ela cresceu 3,27% ano passado. **Ao mesmo tempo, o rendimento médio real do trabalho, deflacionado pelo mesmo índice (o IPC de cada região metropolitana, calculado pelo IBGE), caiu 13,09% em novembro de 2003, em relação ao mesmo mês de 2002.**

A arrecadação do Imposto de Renda do Trabalho continuou a sua trajetória de ascensão, tendo subido nominalmente 17,69% em 2003, apesar da queda abrupta da renda dos salários em 2003. Não se poderia esperar outra coisa, ao se manter o congelamento da tabela do IRPF.

Verificamos, portanto, que os trabalhadores são cada vez mais onerados, visto que os preços sobem (junto com os tributos incidentes sobre o preço dos bens e serviços), e os salários caem, devido ao desemprego e à consequente perda de poder de barganha dos trabalhadores.

Por outro lado, os impostos sobre a propriedade continuam insignificantes. Apesar de ter crescido nominalmente 18,57% em 2003, a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) continuou sendo ínfima em 2003 (de R\$ 291 milhões), equivalente à arrecadação de IPTU de um bairro de São Paulo.

Arrecadação dos Tributos Federais – R\$ bilhões de Dezembro de 2003 (deflator: IGP-DI)

Tributo	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Consumo	107,47	105,61	121,83	120,35	140,58	148,65	152,59	156,22	142,81
IPI	33,86	34,57	34,82	32,47	29,46	29,58	27,73	24,85	20,10
COFINS	37,79	39,92	39,54	37,33	57,21	62,63	66,06	65,44	60,88
CPMF (1)	0,43	0,00	14,25	16,17	13,86	22,90	24,46	25,55	23,57
PIS/PASEP	15,19	16,49	15,70	15,03	17,69	15,78	16,24	16,12	17,73
IOF	8,02	6,43	7,87	7,06	8,95	4,95	5,15	5,17	4,55
Imp. Importação	12,18	8,19	9,65	12,28	13,41	12,81	12,95	9,97	8,33
CIDE - Combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,13	7,66
Renda	71,90	75,25	75,48	91,26	92,31	88,73	92,43	108,18	95,08
IRPF - Trabalho (Fonte)	26,94	24,22	25,83	29,17	27,23	28,64	30,67	28,04	27,00
IRPJ (Capital)	23,30	28,91	26,45	24,90	24,67	27,86	24,22	43,33	34,61
CSLL	14,59	14,78	15,92	15,34	13,18	14,63	13,36	16,87	17,12
Patrimônio	0,26	0,57	0,55	0,45	0,47	0,41	0,31	0,30	0,30
ITR	0,26	0,57	0,55	0,45	0,47	0,41	0,31	0,30	0,30
Participação Percentual									
Consumo	59,83	58,21	61,57	56,75	60,24	62,51	62,20	59,02	59,96
Renda	40,03	41,48	38,15	43,03	39,56	37,31	37,67	40,87	39,92
Patrimônio	0,14	0,31	0,28	0,21	0,20	0,17	0,13	0,11	0,12
TOTAL	100,00								

Fonte: Secretaria da Receita Federal; Elaboração: Assessoria Econômica do Unafisco Sindical

(1) Em 1995, arrecadação referente ao IPMF.

A Auditoria Cidadã no Fórum Social Mundial

Vejam como foram as atividades da Auditoria Cidadã da Dívida no Fórum Social Mundial

A participação da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida no IV FSM foi bastante intensa. A preparação antecedeu à própria viagem, com a elaboração de cartilha sobre os temas que seriam tratados pela campanha em Mumbai. Impressa nas versões Português e Inglês, a cartilha “**Os Passos da Auditoria Cidadã: Uma Experiência Brasileira**” faz um roteiro da Auditoria Cidadã, na perspectiva de que outros países possam se aproveitar da experiência brasileira. A cartilha está disponível no site www.divida-auditoriacidadada.org.br.



Representantes da Campanha Jubileu Brasil, Américas e Ásia, na abertura do Fórum Social Mundial, na Índia

Dia 16 de janeiro, foi realizada, no Hotel Royal Orchid, em Mumbai, reunião com os representantes da Campanha Jubileu em âmbito internacional, na qual ficou evidenciada a importância da experiência brasileira da auditoria cidadã, a qual está sendo considerada uma referência para os demais países.

Dia 17 de janeiro, a presidente do Unafisco e coordenadora da Auditoria Cidadã, Maria Lucia Fattorelli, participou de Conferência virtual - via internet - com a China, organizada pelo provedor chinês People (people.com.cn), sobre Justiça Fiscal, Comércio Justo, papel da sociedade civil no mundo atual e demais temas tratados no FSM. Realizada no Hotel Intercontinental em Mumbai, foi uma interessante experiência que permitiu um diálogo de duas horas entre a representante brasileira e milhares de pessoas que acompanhavam da China.

Dia 18 de janeiro, Maria Lucia foi convidada para falar sobre o tema “A Dívida sob o governo

Lula”, como uma das participantes da Conferência “**No Peace, No Justice Under Debt Domination**” – **Não há paz nem justiça sob a dominação das Dívidas**, organizada pelo CADTM (Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo), Campanha Jubileu e India Social Action Forum (INSAF). Em sua exposição, Maria Lucia analisou o primeiro ano do Governo Lula, com destaque para o Acordo com o FMI, que impôs, entre outras coisas, a Reforma da Previdência. Participaram também da mesa Eric Toussaint (CADTM), que explanou sobre a dívida do Iraque, Beverly Keene (Jubileu Sul – Américas), que expôs a situação argentina, e Raja Siregar (Koalisi Anti-Utang), que informou a situação da dívida na Indonésia.

A representante brasileira começou a sua fala expondo as opções tomadas pelo governo, que preferiu aceitar as imposições do FMI, como o aumento do superávit primário (desvio de recursos para pagar a dívida pública), as Reformas da Previdência e Tributária, a nova Lei de Falências, a Independência do Banco Central, a ALCA, e a crescente isenção tributária dos capitais financeiros internacionais. Como resultado do ajuste fiscal e das altas taxas de juros, o desemprego subiu, a renda do trabalho caiu, e se prosseguiu com o processo de desmonte do Estado, por meio da redução abrupta dos salários reais dos servidores públicos.

Maria Lucia relatou aos delegados de organizações de diversos países do mundo como foi realizada, pelo governo brasileiro, a Reforma da Previdência, alvo de protestos no Brasil e no mundo durante o ano passado. Denúncias de compra de votos, distribuição de cargos e espancamento de servidores públicos, impedidos de entrar nas sessões do Congresso, foram os fatos que marcaram a tramitação da Reforma no Parlamento. A representante brasileira denunciou ainda o aprofundamento da injustiça tributária no país, através da proposta de reforma tributária nos moldes do FMI, que garantiu a continuidade da DRU e da CPMF, manteve o arrocho sobre os trabalhadores e consumidores – através da manutenção dos tributos sobre o consumo e do congelamento da tabela do IRPF – e os privilégios do grande capital, que agora conta

com a isenção de CPMF para investidores estrangeiros.

Como alternativa às imposições do FMI, Maria Lucia destacou a importância da auditoria da Dívida, que esclarecerá toda a verdade sobre o processo de endividamento, processo este que amarra o país há décadas e nos obriga a abdicar de nossa soberania em favor de imposições alienígenas, que não condizem com os desejos do povo brasileiro.

Muitos delegados de diversos países do mundo se manifestaram interessados diante dos dados apresentados, que divergem da propaganda apresentada pela mídia. Ao final do evento, foram concedidas várias entrevistas. As transparências utilizadas no evento estão disponíveis para download no quadro de avisos do site do Unafisco (www.unafisco.org.br), e o texto-base da Conferência (em inglês) pode ser acessada no site http://www.cadtm.org/article.php3?id_article=420.

Também no dia 18, foi realizada pela Campanha Jubileu Brasil, em conjunto com o CADTM, a oficina ***“The Debt Auditing Steps” - Os Passos da Auditoria Cidadã: Uma Experiência Brasileira***, que visou difundir internacionalmente a experiência brasileira da Auditoria Cidadã da Dívida. Compuseram a mesa o Diretor de Relações Internacionais do Unafisco, Eden Siroli Ribeiro, o economista da campanha Campanha Jubileu Sul/Auditoria Cidadã da Dívida Rodrigo Vieira de Ávila e o advogado paraguaio Hugo Ruiz Diaz, do CADTM (Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo). Estiveram presentes delegados de diversos países, englobando todos os continentes (África, América, Ásia e Europa).

O Diretor do Unafisco coordenou o evento, e expôs a experiência brasileira da Auditoria Cidadã da Dívida, criada a partir do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, ocorrido em 2000, quando 6 milhões de brasileiros votaram pela realização da auditoria, prevista na Constituição de 1988. O economista da Campanha Jubileu Sul complementou a exposição sobre a experiência brasileira, mostrando os estudos da Auditoria Cidadã que revelaram informações sobre a origem da dívida e várias ilegalidades contidas na sua contratação. A exposição teve como base a cartilha lançada pela Campanha especialmente para o Fórum Social Mundial, que detalhou, em

português e inglês, os passos trilhados pela Auditoria Cidadã, na perspectiva de que este processo seja seguido pelos demais países em desenvolvimento.

Após, o representante paraguaio, Hugo Ruiz Diaz, ressaltou as ilegalidades contidas no processo de endividamento dos países do Terceiro Mundo, ilustrando-as através da descrição *do Processo Olmos Alejandro*, ocorrido em um tribunal de Buenos Aires, que julgou ilegal a dívida externa argentina. No espaço reservado às intervenções do público, foram trocadas experiências entre os países com vistas à difusão dos instrumentos de auditoria da dívida.

Na tarde do dia 19 de janeiro, a Campanha Jubileu Brasil participou da oficina ***“Fiscal and Social Justice X Indebtedness and Money Laundering – Justiça Fiscal e Social X Endividamento e Lavagem de Dinheiro”***, promovida pelo Unafisco, em conjunto com o Sindicato dos Fiscais da França (SNUI - Sindicato Nacional Unificado dos Impostos) e a ATTAC (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos). A oficina buscou articular diversas entidades do mundo em torno da justiça fiscal e do controle do fluxo de capitais financeiros. Participaram da mesa a presidente do Unafisco, Maria Lucia Fattorelli, o secretário geral do SNUI, Serge Colin, e os integrantes da “Tobin Tax Network - Inglaterra” Sony Kapoor e da ATTAC-Brasil, Antônio Martins. No público presente, todos os continentes se fizeram representados, dentre uma forte rede de organizações de diversos países (dentre eles, França, Índia, Brasil, Espanha, Alemanha, Inglaterra, EUA, Uruguai, Guatemala, Togo, Congo e África do Sul).

Dia 20, a coordenadora da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida foi convidada a participar da oficina ***“How to Finance Human Development without Debt – Como financiar o desenvolvimento humano sem dívidas”***, realizada na tarde do dia 20 de janeiro, e organizada pelo CADTM. A oficina buscou discutir como se daria o financiamento do desenvolvimento humano em um mundo sem dívidas, e foi coordenada pelo integrante do CADTM, Arnaud Zacharie.

Em sua exposição, a representante brasileira destacou que a maioria dos países do Terceiro Mundo têm condições de garantir seu

desenvolvimento e isso não ocorre principalmente devido à sangria de recursos para o pagamento de dívidas ilegítimas. Ressaltou especialmente a importância da justiça fiscal para o financiamento do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. A concentração de renda é cada vez mais acirrada pelos modelos que privilegiam os ricos em detrimento da maioria da população, citando alguns exemplos da legislação brasileira, como a dedução dos juros sobre o capital próprio. Mencionou também a necessidade de discutir as relações comerciais internacionais, pois os preços de nossas exportações – em sua maioria *commodities* – são regulados externamente e muitas vezes manipulados para atender a interesses dos mercados financeiros, prejudicando a obtenção de divisas.



Oficina “How to Finance Human Development without Debt – Como financiar o desenvolvimento humano sem dívidas”

Maria Lucia ressaltou também que a questão do endividamento deve ser definitivamente superada, iniciando-se pelo conhecimento completo desse processo através do mecanismo da auditoria da dívida, prevista na Constituição. Após as falas dos palestrantes, houve grande participação dos delegados presentes, como os africanos, que relataram a situação de seus países, semelhante à brasileira: **“quanto mais se paga a dívida, mais se deve.”**

A Campanha Jubileu Brasil também participou de diversas reuniões com representantes dos movimentos sociais para elaboração do documento final da Assembléia dos Movimentos Sociais presentes no IV FSM. O documento final se encontra no site http://www.cadtm.org/article.php?id_article=410.

Os representantes da Auditoria Cidadã no IV FSM consideram que o Fórum Social Mundial da Índia representou um grande avanço das forças sociais do mundo, que agora contam com o apoio maciço dos movimentos asiáticos. O Fórum foi marcado por intensas manifestações populares e culturais, revelando a existência de uma diversa e forte resistência ao processo de globalização neoliberal. Processo este que, por mais que seja imposto ao Terceiro Mundo por meio das instituições multilaterais e das grandes potências, é incapaz de acabar com a rica diversidade cultural e social dos povos.

Diz o governo: “Não é possível baixar os juros, senão a inflação explode”

O governo dá sinais de que as taxas de juros continuarão altas em 2004. Até quando viveremos sob o reino do pensamento único?

Os pensadores ortodoxos e a mídia em geral sempre disseram que as políticas ditadas pelos organismos multilaterais – como juros altos e ajuste fiscal - seriam necessárias para que se pudesse manter a inflação sob controle. Porém, historicamente, verificamos que estas políticas, na verdade, sempre estimularam o processo inflacionário.

Na década de 80, com a crise da dívida, fomos obrigados a exportar cada vez mais, para conseguirmos as divisas necessárias para pagarmos os juros aos banqueiros internacionais. Para exportarmos, tínhamos de, constantemente, desvalorizar nossa moeda frente ao dólar, o que tornava nossos produtos competitivos internacionalmente. Porém, esta medida tornava as importações mais caras, pressionando os preços internos, gerando assim a escalada inflacionária dos anos 80.

Nos últimos anos não tem sido diferente. A submissão ao modelo do FMI tem nos levado a enfrentar diversos surtos inflacionários. O livre fluxo de capitais – constante na cartilha do Consenso de Washington, e imposto pelo Fundo a diversos países – nos torna extremamente vulneráveis às fugas de capital, como ocorrido em 1999 e 2002, quando fomos obrigados a desvalorizar abruptamente nossa moeda. Em todos estes momentos, o governo não se resignou em colocar os juros na estratosfera com o pretexto de estar combatendo a inflação.

Nos 8 anos de FHC – e, agora, no primeiro ano de Lula - a receita de ajuste fiscal obrigou o governo a manter as tarifas públicas altas, fazendo caixa para pagar os juros da dívida. O modelo de privatização adotado – com indexação anual das tarifas de serviços como energia e telefonia – também ocasionou a alta dos preços, estimulados também pela estrutura oligopolizada das empresas privadas brasileiras.

Segundo o DIEESE, a inflação acumulada nos primeiros 8 anos do Plano Real (jul/94 a jun/2002) foi de 126%. Porém, se tomarmos apenas os preços determinados em condições de oligopólio, a inflação do período

foi de 215,1%. Os preços administrados pelo governo subiram mais ainda: 238,1%, ou seja, quase o dobro da média geral de inflação. Tomando-se como base o IPCA (IBGE), de 1995 a 2002, a tarifa de telefone fixo cresceu 509,7%, a gasolina 223,1%, e o gás de cozinha subiu nada menos que 452,4%. Este comportamento continuou em 2003, quando os preços administrados subiram 13,2%, quase o dobro dos demais preços (7,79%). Um estudo de 2002, do próprio Banco Central (“Os Preços Administrados e a Inflação no Brasil”, de Francisco Figueiredo e Thaís Ferreira), verificou que nada menos que 49,1% da inflação ocorrida de 1995 a 2002 foram devidos aos preços administrados, a despeito desses possuírem um peso de menos de 30% no cálculo do IPCA.

Diante disso, a saída seria punir efetivamente os oligopólios, rever as regras utilizadas nas privatizações, e instituir controles sobre a movimentação de capitais, como fizeram com sucesso Chile, China e Malásia. Mas o governo se nega a combater as causas da inflação, preferindo estancá-la através do desemprego e da queda da renda dos trabalhadores, consequências das altas taxas de juros.

No final de janeiro, o Comitê de Política Monetária – COPOM – decidiu manter a taxa de juros em 16,5% ao ano, e ainda ressaltou que a inflação apresenta uma performance preocupante, o que prejudicará a trajetória de queda dos juros. Piorando as perspectivas para o Brasil este ano, o FED (Banco Central americano) afirmou, também no final de janeiro, que aumentará a taxa de juros. Isso atrairá os investidores para as aplicações em títulos da dívida americana, obrigando o governo brasileiro a manter os juros altos, para manter o capital financeiro no país.

Na atual conjuntura, qualquer crise internacional obrigará o governo a apertar ainda mais a política monetária. Não há saída dentro deste modelo de eterno ajuste fiscal e altas taxas de juros, que fez nosso desemprego triplicar e nossa dívida explodir.